



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE PSICOLOGIA**

RAIMARA PEREIRA LOURENÇO DUARTE

**A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA A PARTIR DA
PERSPECTIVA DE USUÁRIOS DO CRAS**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

RAIMARA PEREIRA LOURENÇO DUARTE

A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA A PARTIR DA PERSPECTIVA
DE USUÁRIOS DO CRAS

Artigo apresentado a Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins para a obtenção do título de bacharel em Psicologia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Ana Cristina Serafim da Silva.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D812a Duarte, Raimara Pereira Lourenço.
A Atuação dos Profissionais de Psicologia a partir da perspectiva de
Usuários do CRAS. / Raimara Pereira Lourenço Duarte. – Miracema, TO, 2020.
36 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2020.
Orientadora : Ana Cristina Serafim da Silva
1. Assistência Social. 2. Usuários do CRAS. 3. Profissionais de Psicologia.
4. Políticas Públicas. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

RAIMARA PEREIRA LOURENÇO DUARTE

A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA A PARTIR DA
PERSPECTIVA DE USUÁRIOS DO CRAS

Artigo apresentado a Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Psicologia, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, aprovado em sua forma de TCC II pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação:

20 / 02 / 2020

Banca Examinadora:

Ana Cristina Serafim da Silva

Prof.a Dra. Ana Cristina Serafim da Silva, Orientadora, UFT

Kenia Soares

Prof.a Dra. Kenia Soares Maia, Examinadora, UFT

Orlando Júnior Viana Macêdo

Prof. Dr. Orlando Júnior Viana Macêdo, Examinador, FAPCE

AGRADECIMENTOS

À Prof.a Dra. Ana Cristina Serafim da Silva, pela Orientação dedicada e sempre presente.

Aos CRAS's de Tocantínia, de Miranorte e de Miracema por colaborarem com a minha pesquisa. A todos os participantes e envolvidos nesse trabalho, muito obrigada.

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi identificar a prática do profissional de Psicologia a partir da percepção dos Usuários dos CRAS's. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS foi implantado no Brasil para atender as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo no nível da Proteção Social Básica o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O campo das políticas públicas é considerado um espaço novo de atuação para o profissional de Psicologia com novas atribuições e objetivos bem diferentes das primeiras práticas. A coleta de dados foi realizada em Miranorte, Tocantínia e Miracema do Tocantins, a partir de entrevistas com 12 usuários, sendo 4 de cada CRAS dos respectivos municípios. Realizou-se uma Análise Cartográfica da Narrativa a partir das falas dos entrevistados. Como resultados, identificou-se que os Participantes desejam conversar sobre suas singularidades com Profissionais de Psicologia; descobriu-se que os Usuários consideram a Psicologia como uma profissão feminina, adaptativa e corretiva; as práticas de Profissionais de Psicologia a partir das falas dos Usuários são palestras, aconselhamentos, orientações e encaminhamentos; os Usuários esperam ser mais orientados, pois se sentem desamparados mesmo inseridos em uma política pública, e alguns deles afirmam dificuldades em frequentar o CRAS devido à distância de onde residem.

Palavras-chave: Assistência Social. Usuários do CRAS. Profissionais de Psicologia. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The general objective of the research was to identify the professional practice of Psychology from the perception of Users of CRAS's. The Unified Social Assistance System - SUAS was implemented in Brazil to serve families that live in a situation of social vulnerability, with the Social Assistance Reference Center (CRAS) at the level of Basic Social Protection. The field of public policies is considered a new area of activity for the professional of Psychology with new attributions and objectives very different from the first practices. Data collection was carried out in Miranorte, Tocantínia and Miracema do Tocantins, based on interviews with four users of each CRAS. A Narrative Cartographic Analysis was carried out from the interviewees' statements. As a result, it was identified that the Participants want to talk about their singularities with Psychology Professionals; it was found that Users consider Psychology to be a feminine, adaptive and corrective profession; the practices of Psychology Professionals based on the speeches of the Users are lectures, advice, guidance and referrals; Users expect to be more oriented, as they feel helpless even though they are part of a public policy, and some of them affirm difficulties in attending CRAS due to the distance from where they live.

Keywords: Social Assistance. CRAS Users. Psychology Professionals. Public Policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	10
2.1 Plano Nacional da Assistência Social – PNAS.....	10
2.2 Sistema Único de Assistência Social – SUAS.....	11
3 ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA: UM RESGATE HISTÓRICO	14
3.1 Sobre práticas atuais do profissional de Psicologia	16
4 MÉTODO.....	20
4.1 Participantes.....	21
4.2 Instrumentos.....	21
4.3 Procedimentos	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral da pesquisa foi identificar a prática do profissional de psicologia a partir da percepção dos usuários dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de cidades da região central do Tocantins. E como objetivos específicos, conhecer quais concepções e experiências dos usuários do CRAS acerca dos serviços de psicologia nas unidades de atendimento; enfatizar as expectativas dos usuários do CRAS acerca do trabalho do profissional de psicologia; discorrer sobre as atribuições do Profissional em Psicologia no SGD em contextos de CRAS's.

As políticas sociais, principalmente na Europa após a Segunda Guerra Mundial, surgiram como resposta ao enfrentamento contra opressões decorrentes do neoliberalismo, são desdobramentos que ocorreram a partir de movimentos sociais que reivindicavam proteção à aqueles que não possuíam força de trabalho como moeda de troca ou de uso na engrenagem capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Antes disso, havia apenas protoformas de políticas sociais, como caridades de instituições privadas, filantropia, e responsabilidades mínimas do Estado, não visando o bem comum, mas para manter a ordem e punir a vagabundagem (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; CRUZ; GUARESCHI, 2009).

As sociedades pré-industriais desprende bastante repressão à classe dos considerados vagabundos os quais eram homens e mulheres válidos que não conseguia inserção a algum espaço de trabalho remunerado, vistos pelo Estado como sujeitos aptos a trabalhar mas que não o fazia e nem contribuía com o giro da engrenagem capitalista, assim, sem o apoio do Estado e atingidos por fragilizações sociais estes caíam na marginalidade, passando a ocupar a zona de desfiliação, enquanto que os sujeitos inválidos (velhos, doentes e crianças) foram colocados na zona de assistência (CASTEL, 1997).

Em decorrência da imposição de uma ideologia de bem-estar social a partir do capitalismo concorrente que visava o livre consumo e a livre venda de força de trabalho, surgiu a necessidade de garantir condições mínimas de vida aos sujeitos, a fim de manter os níveis de consumo e continuidade do acúmulo de capital, sendo assim as necessidades da classe trabalhadora que se contrariavam com o capitalismo foram se transformando em direitos sociais (GONÇALVES, 2010; BOCK, 2009).

Ao se tratar sobre os fenômenos sociais em políticas públicas, precisa-se considerar que estão implicados em situações diversas, ocupação e vivências em espaços públicos, estruturação de grupos e movimentos sociais em diferentes contextos, os quais são transpassados por processos subjetivos (BOCK, 2009; GONÇALVES, 2010).

Cabe salientar que por políticas sociais, entende-se que é o movimento dinâmico e histórico em lutas de classes, principalmente da classe trabalhadora, as quais criaram obrigações ao Estado para que este garantisse direitos sociais (GONÇALVES, 2010). Já por Políticas Públicas, o conceito adotado aqui é que são as que garantem os direitos dos indivíduos e da coletividade: saúde, educação, lazer, segurança, habitação, assistência social e cultura. Essa denominação diz respeito às atribuições do poder público, a qual destaca que garantir a efetivação dos direitos de cidadania é dever do Estado (GONÇALVES, 2010).

No Brasil, o desenvolvimento das políticas sociais se deu de forma bem diferente se comparado a de países de capitalismo central, pois historicamente ele não foi berço da Revolução Industrial, mas ascendeu com marcas do Colonialismo e Imperialismo quando tinha sua economia mandada para fora e sofria o peso do escravismo, o que interferiu na constituição cultural, de valores e, principalmente, nos ritmos de mudança (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Só após a independência, em 1822, é que o Brasil passou a ter divisões de trabalho devido as novas configurações de estrutura nacional, no entanto não havia nessa época defesa dos direitos de cidadania por parte da elite, nem tão pouco do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Yamamoto e Oliveira (2010), afirmam que após 1930 foram criadas as primeiras políticas sociais no Brasil, com um sistema de estratificação ocupacional, pois eram baseadas em práticas elitistas e populistas nas intervenções estatais, por muito tempo esse padrão não foi rompido.

A partir da reforma da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter mais obrigações quanto à promoção do bem-estar social, o que fez com que fossem criadas políticas públicas específicas (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Com isso, a Assistência Social ganhou maior visibilidade e importância nas políticas públicas, gerando novos programas e projetos, nesse momento a imersão do profissional de psicologia no campo das políticas sociais se ampliou (MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015).

A proposta de atenção na Assistência Social tomou novos rumos, na intenção de promover o protagonismo do cidadão, pois deixou de ser puramente assistencialista e passou a focar na garantia dos direitos do cidadão, na promoção de autonomia, na responsabilização do poder público e da sociedade civil. Assim, a Psicologia Social tem sido fundamental nesse processo de mudanças.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

2.1 Plano Nacional da Assistência Social – PNAS

Foi também, a partir da Constituição de 1988, que houve uma ampliação cada vez maior de dispositivos destinados a efetivação de direitos de cidadania, assim o campo das Políticas de Assistência Social, passou a demandar um grande número de profissionais para prestação de serviços à comunidade em situação de pobreza e outras vulnerabilidades, principalmente a partir de 2004, com a elaboração do Política Nacional da Assistência Social – PNAS (MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015).

A PNAS, no âmbito da Seguridade Social brasileira, propõe transformações em ações diretas com os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, com o objetivo principal de cumprir a nova agenda, essa política buscou incorporar as demandas presentes no país no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar clara suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e gerou atribuições de responsabilidade do Estado. Deixa claro que não se trata de ato de caridade, e sim de fazer conhecidos os direitos em assistência social e dá acesso a eles (BRASIL, 2005).

Mediante o Estado Democrático de Direitos, a PNAS apresenta os seguintes princípios:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2005).

A forma de gestão proposta pela LOAS de modo descentralizado e participativo, permite a participação popular por meio de Conselhos compostos por membros da sociedade civil, e também possibilita a autonomia da gestão municipal, a partir da divisão de responsabilidades e no co-financiamento entre as esferas de governo Municipal, Estadual e Federal (BRASIL, 2005).

Houve uma mudança de um paradigma assistencialista, de caridade para um paradigma de garantia de direitos sociais universalizado, e o Estado passou a ser responsável pelo acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade a partir da Lei 12.435 (MIRON; GUARESCHI, 2017). Dessa forma, compreende que a criação de Políticas Públicas no Brasil não foi criada para todos os públicos, no entanto, o acesso aos serviços e benefícios advindos por elas é seletivo.

2.2 Sistema Único de Assistência Social – SUAS

A urgência da inclusão da nova política (PNAS) e a implantação da agenda para esse setor são vantagens inequívocas na construção e na condução do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. A IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2003 em Brasília/DF, foi primordial para a construção e implementação do SUAS, requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública (BRASIL, 2005).

Criado em 2005, O SUAS é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela descentralização de atribuições e gestão compartilhada por meio dos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União, onde os recursos são usados conforme as necessidades particulares de cada região/município (BRASIL, 2005).

O SUAS, se organiza em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE. Sendo que o primeiro nível oferta um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, a partir do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já o segundo nível destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas (CRUZ; SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) são dispositivos responsáveis pela execução de políticas dentro do âmbito da PSB. Esses Centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas onde há famílias em situação de pobreza, e oferecem serviços socioassistenciais, são articulados a outros dispositivos disponíveis em cada localidade a fim de fortalecer e potencializar a rede de proteção. Os CRAS's contam com a execução do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o qual oferta de serviços

às famílias, grupos e indivíduos, atuando na prevenção de riscos e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza intergeracional; e atuar de forma preventiva, evitando a violação de direitos e situações de risco (CRUZ; GUARESCHI, 2013; CRUZ; SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dentro do CRAS realiza ações em grupos, organizadas progressivamente aos seus usuários conforme a faixa etária a qual se encontram, com o propósito de prevenir situações de agravo na vulnerabilidade social, já o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas propõe a prevenção de riscos decorrentes de fragilização de vínculos familiares e sociais, há também pelo CRAS os Programas de Transferência de Renda para famílias ou pessoas de baixa renda, como por exemplo o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC para idosos e deficientes (BRASIL, 2009; MACÊDO et. al., 2015).

Para o trabalho social com famílias, uma equipe interdisciplinar é responsável por todos os serviços prestados pelo CRAS, a qual pode ser composta por profissionais da Psicologia, do Serviço Social; do Direito; da Sociologia; da Antropologia; e da Pedagogia. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS, sendo prioridade profissionais da Psicologia e do Serviço Social. Os profissionais devem trabalhar coletivamente, com objetivo comum de contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade e no fortalecimento de potencialidades das famílias usuárias dos serviços ofertados, no entanto, dentro da equipe interdisciplinar, cada profissional encarrega-se de determinadas tarefas (BRASIL, 2009).

Profissionais de psicologia podem fazer atendimento individual apenas para acolhimento e não para psicoterapias. Muitos profissionais estão envolvidos nessas atividades e o psicólogo é peça importante nas ações e na promoção de saúde nos modos de existência dos usuários do CRAS (CFC/CREPOP, 2007).

Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o dispositivo responsável pela PSE (CRUZ; GUARESCHI, 2013). Os serviços de PSE estão diretamente ligados com o Sistema de Garantia de Direito - SGD, esse sistema diz respeito à uma atuação compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Quando é feito o encaminhamento do beneficiário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a um atendimento especializado, é feita a referência e contra referência que diz respeito ao acompanhamento e atendimento a fim de garantir se o serviço demandado está de fato sendo prestado com resposta ao encaminhamento feito e os devidos

retornos. “Definir os fluxos de referência e contra referência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas de modo a garantir a atenção igualitária.” (BRASIL, 2005).

Para este trabalho, abordaremos apenas a PSB no âmbito do CRAS’s, a fim de construir dados acerca da concepção que os usuários desse dispositivo têm sobre a atuação do profissional de Psicologia.

3 ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA: UM RESGATE HISTÓRICO

Para um melhor entendimento da constituição da Psicologia como ciência e profissão no Brasil, principalmente no campo das políticas públicas, precisa-se fazer um resgate histórico da trajetória desta, a fim de compreender amplamente como foi sua inserção no referido campo ao mesmo tempo que se convida a pensar o seu papel no atendimento a um público não elitizado (BOCK, 2009; GONÇALVES, 2010).

Com a herança do pensamento determinista e mecanicista de Wundt, práticas de profissionais em psicologia, tais como Avaliação Psicológica e Psicoterapias, eram baseadas em uma visão abstrata do fenômeno psicológico influenciadas pelas perspectivas dominantes no pensamento ocidental moderno (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2002; BOCK, 2009).

A concepção de eu e a individualização também tomou força na psicometria, a qual ignorava a realidade social e via o fenômeno psicológico como universal, o que levou a Psicologia a agir corretivamente com qualquer desvio e desajuste identificados fora do esperado considerando-os patologias (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2002; BOCK, 2009).

No Brasil, a partir da regulamentação da profissão em 1962 por meio da Lei Federal Nº 4.119, a maior parcela exercia trabalho clínico no modelo de consultório particular, e apenas uma parcela mínima estaria em empresas ou nas escolas, com influência muito grande da prática da psicometria, também. Em seguida a demanda elitista favoreceu para um estabelecimento de uma atuação por um profissional autônomo liberal tendo como específico modo de trabalho a psicoterapia, destinada a um grupo mínimo de pessoas com alto poder aquisitivo (GONÇALVES, 2010; YAMAMOTO; COSTA 2010).

Scarparo; Torres e Ecke (2014) se propuseram a discutir sobre as práticas da psicologia durante a época da ditadura civil-militar no Brasil a partir de 1964, um período de violência e privação de liberdade, os mesmos autores afirmam que se por um lado alguns profissionais da categoria, no intuito de explicar o comportamento daqueles que praticavam torturas contra os presos políticos, usaram um viés da psicologia individualista rotulando tais e isentando a responsabilidade do Estado, por outro lado, psicologias "extraoficiais" acabaram por contribuir para a superação e transformação de um sistema repressivo a partir de suas ações.

A Psicologia, por muito tempo, permaneceu atrelada aos interesses dos grupos dominantes, pois produzia conhecimento de uma psicologia aplicada de forma a permitir o

aumento do controle sobre os demais grupos sociais, isso se deu na preocupação adaptativa de trabalhadores em espaços de produção, na explicação desenvolvimentista de crianças de modo homogeneizado a fim de garantir o aprendizado e a disciplina, usava seus instrumentos em função dos interesses de grupos dominantes (BOCK, GONÇALVES; FURTADO, 2002; GONÇALVES, 2010).

Historicamente, a Psicologia construiu-se em cima de um padrão de subjetividade Branca e Européia, omissa quanto às implicações de relações raciais racistas sem considerar a subjetividade dos indivíduos e da coletividade. Sendo assim, ao elucidar a subjetividade de ricos e brancos como superior, serviu para discriminar todos os outros que estariam de fora desse padrão em zona de desamparo social, o que incidiu em racismo institucional mesmo em políticas públicas (BOCK, 2009; MAIA, 2019).

Se por um lado as práticas psicológicas estiveram a favor da higienização moral e disciplinamento da sociedade, por outro lado a Psicologia Sócio-Histórica permitiu romper com uma tradição estigmatizadora da Psicologia como ciência e profissão (BOCK, GONÇALVES; FURTADO, 2002; BOCK 2009).

A Psicologia Sócio-Histórica, a qual baseou-se em pressupostos da Teoria do Russo Vigotski (1896-1934), contribuiu nos questionamentos às primeiras compreensões do fenômeno psicológico, pois considera que o sujeito desenvolve ao longo do tempo e que reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem, assim, a Psicologia Sócio-Histórica tem auxiliado para fundamentar as ações desenvolvidas por Psicólogos no campo das políticas sociais públicas (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2002; BOCK, 2009).

Pode se dizer que as mudanças de espaços de atuação do profissional de psicologia no Brasil se deu por duas vias, a primeira delas é a partir da presença secundária em instituições sociais; enquanto que a segunda foi a partir do desenvolvimento de práticas fora das instituições, o que possibilitou uma aproximação às reais necessidades da população, sem interferências diretas do Estado autoritário e dos grupos dominantes que não tinham interesse em atender as demandas populares (GONÇALVES, 2010).

A partir da criação do código de Ética do Profissional da Psicologia a ideia de direitos humanos surgiu como Princípio Fundamental da profissão, fazendo referência ao documento da ONU de 1948, conseqüentemente os movimentos sociais e políticos contrários à ditadura militar influenciou discussões e mudanças para a Psicologia a qual passou a atuar nas camadas populares (FERREIRA NETO, 2004; SCARPARO; TORRES; ECKE; 2014). A regulamentação de uma Psicologia cada vez mais consolidada deu vazão à uma prática mais

comprometida com os sujeitos pobres, deste modo, as áreas de atuação e ações se modificaram e aumentaram.

3.1 Sobre práticas atuais do profissional de Psicologia

É importante tratar sobre a prática do profissional de Psicologia dentro dos espaços de atendimento à comunidade criados a partir das políticas públicas, pois auxilia a compreender os aspectos ligados às formações desses implicados em uma psicologia neutra, além de ajudar na compreensão de como os sujeitos ainda têm a representação social do psicólogo de 50 anos atrás (GONÇALVES, 2010).

A partir do SUAS houve uma maior abertura de espaços para atuação de Psicólogos, assim, se fez necessário novas práticas, as quais precisassem romper com a lógica mecanicista e dualista do fenômeno psicológico e passaria a conceber os sujeitos como inseridos em construções históricas. Esse fato traz destaque a um novo perfil profissional, já que a profissão foi historicamente caracterizada como elitista, sem atuação no espaço público e com uma visão descontextualizada dos fenômenos sociais (YAMAMOTO; COSTA, 2010; CFP/CREPOP/2009).

Assim, vários desafios surgiram para Psicologia Social, principalmente em contextos comunitários, dentre os quais estão a necessidade de superar as diferenças teóricas e metodológicas em intervenções psicossociais a fim de encontrar coerências epistemológicas; focar sujeitos em comunidades como autores e protagonistas de sua própria história (SARRIERA, FREITAS, SCARPARO, 2003). Outro desafio está relacionado a como trabalhar junto as famílias na promoção de autonomia e garantia de direitos sem que as ações se tornem mais uma forma de controle dos sujeitos (CRUZ; SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Não obstante, estudos confirmam a prevalência de práticas ainda próximas com os interesses de controle, há o predomínio de concepções e práticas avaliativas e adaptacionistas mesmo sendo em dispositivos de políticas públicas da Assistência Social (CRUZ; GUARESCHI; 2009). Há também práticas oriundas de um modelo clínico tradicional, que se fundamentam em análise individualizante e descontextualizada (MACÊDO et. al., 2015).

Os Profissionais têm a consciência que não é possível realizar atendimentos psicoterapêuticos tradicionais no entanto afirmam realizar atendimentos de Psicoterapia de Apoio devido à dificuldades de encaminhamento e por cobrança advindas de outros

profissionais da equipe e até mesmo de usuários que não compreendem quais o papel da Psicologia na Assistência Social. (FLOR; GOTO, 2015).

Junto a isso, há também a falta de recursos e de suporte organizacional do serviço, falta de equipe consolidada e capacitada, desarticulação da rede socioassistencial e conhecimento reduzido dos usuários e funcionários quanto ao SUAS (SILVA; CORGOZINHO 2011; MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015). Os desafios que perpassam a prática do Profissional de Psicologia na Assistência Social são imersos em complexidades e demandam discussões pontuais para busca de soluções imediatas.

Não se pode dizer que antes da PNAS as (os) psicólogas (os) não estivessem presentes em políticas de Assistência Social, mas sim, que a implementação da NOB-RH/SUAS ao garantir a inclusão das (dos) psicólogas (os) nas equipes de referência estabeleceu um marco na inserção das (dos) profissionais neste campo (MIRON; GUARESCHI, 2017).

O Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, juntamente com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), desde 2006 disponibilizam uma produção metodológica específica de integração sobre às normas e referências para atuação dos psicólogos nas Políticas Públicas (CRUZ; SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Os profissionais da Psicologia, dentro do campo das Políticas Públicas, devem atuar a partir da postura interdisciplinar, ao mesmo tempo que promovem a valorização de outros saberes, também importantes para conduzir os trabalhos em um Estado democrático de direito (BRASIL, 2009).

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas para o CRAS, o Profissional de Psicologia deve, a partir de recursos teóricos e metodológicos:

- a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, e c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS (BRASIL, 2009).

A atuação não deve ter como foco o atendimento psicoterápico, e sim psicossocial (CFP/ CREPOP, 2007), para isso os atendimentos devem:

- [...] desenvolver as ações de acolhida, entrevistas, orientações, referenciamento e contra-referenciamento, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais dentro e fora do território de abrangência do CRAS, proteção pró-ativa, atividades socioeducativas e de convívio, facilitação de grupos, estimulando processos contextualizados, auto-gestionados, práticos e valorizadores das alteridades (CFP/ CREPOP, 2007, p. 29).

O principal desafio que se coloca para a psicologia na Assistência Social é o de construir ações que tomem em consideração as características do território de origem do usuário e que possam incidir na melhoria das condições de vida desse sujeito. Intervir em situações de vulnerabilidades, dentro da Assistência Social, implica diretamente em promover e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, oportunizando o empoderamento da pessoa, dos grupos e das comunidades (CFP/ CREPOP, 2007).

O sujeito precisa ser visto por uma dimensão que é psicológica e social, pois essa é a única via para o desenvolvimento de políticas de prevenção e promoção da saúde. “Pensando-se nessa nova realidade, a Política de Assistência Social, numa perspectiva de efetivação dos direitos, passou a demandar do profissional de Psicologia uma atuação junto à coletividade e não apenas a partir da perspectiva do indivíduo” (MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015).

Promover a emancipação do sujeito em contextos comunitários, também tem sido um desafio para a psicologia, pois requer um reconhecimento e engajamento social por parte dos profissionais que atuam nessa área. Na prática social, afim de que o sujeito faça novas concepções sobre si e sua comunidade, os profissionais da Psicologia precisam estimular a organização, a participação e a emancipação da comunidade, pois somente com esse tipo de articulação pode haver mudanças significativas (PAIVA; YAMAMOTO, 2010).

A Psicologia pode atuar no campo das políticas públicas de maneira diferenciada frente aos aspectos diversos em contextos sociais, como alguns recursos possíveis, não necessariamente de modo clínico tradicional, mas por meio de acolhimento precisa considerar as demandas a partir das perspectivas históricas, a fim de desnaturalizar os fenômenos sociais vistos de forma reducionista e objetivada demais, os aspectos subjetivos podem ser considerados mesmo quando o foco é o bem estar coletivo, pois a compreensão do modo de vida da comunidade, de seus potenciais de desenvolvimento, precisam ser tomados a partir do âmbito pessoal e social (GONÇALVES, 2010; MACÊDO et. al., 2015).

A atuação do psicólogo em dispositivos da proteção básica deve legitimar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos sujeitos e buscar o favorecimento da autonomia e cidadania através de apoio psicológico. O campo das políticas sociais é considerado um espaço novo de atuação para o psicólogo, com novas atribuições e objetivos bem diferentes de uma prática tradicional. Trata-se de um campo que se nutre de conhecimentos psicológicos diversos o qual não se atrela à lógica funcional de indivíduo abordado dentro de um viés psicologista, são de fato novas demandas (PAIVA; YAMAMOTO, 2010).

No levantamento das condições históricas, culturais, sociais e políticas de produção, a partir do conhecimento das peculiaridades das comunidades e do território dos usuários, é que

se descobre qual demanda é emergente, tendo em vista que o compromisso dos profissionais de Psicologia no CRAS é de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar complicações dos quadros de vulnerabilidade além de defender o processo democrático e favorecer a emancipação social, é necessário saber qual é a demanda apresentada pelos usuários da Assistência Social (CFC/CREPOP, 2007).

Em dispositivos da Assistência Social é preferível que não se faça acompanhamento psicoterápico (CFC/CREPOP, 2007; PAIVA; YAMAMOTO, 2010; FLOR; GOTO, 2015). Nos casos de demanda psicoterápicas ou de outros acompanhamentos psicológicos individuais especializados, o usuário precisa ser encaminhado para outros lugares do Sistema de Garantia de Direitos – SGD que presta esse tipo de atendimento os quais compõe a rede de proteção (BRASIL, 2009; MACÊDO et. al., 2015).

A prática social do profissional de Psicologia deve estar próxima da realidade dos sujeitos os quais a demandam. Para que isso ocorra, o profissional de Psicologia junto a equipe do CRAS, precisa realizar a busca ativa, a qual permite encontrar potenciais usuários do SUAS, como também recursos culturais, econômicos, sociais e políticos que dão acesso à esta população, além das redes de apoio informais das famílias com vista na Proteção Social (BRASIL, 2009).

É preciso se atentar à forma como as práticas dos profissionais deste campo tem contemplado as expectativas e necessidades dos usuários, como também se essas coadunam com as prescrições na política pública previstas para atuação no CRAS, não de modo necessariamente fiscalizatório, porém reflexivo e crítico, para que se pense novas contribuições sobre em quais aspectos a Psicologia Social precisa avançar, principalmente em prol do atendimento às populações pobres e discriminadas.

4 MÉTODO

A pesquisa é de caráter qualitativo, que segundo Minayo (1992) acessa um nível encontrado nos dados sociológicos e antropológicos num patamar mais profundo da realidade social e que mesmo não sendo operacionalizado em números e variáveis não significa que não possa ser experimentado, pesquisado e conhecido. Utilizou-se do Método Cartográfico criado por Escóssia; Passos e Kastrup (2009) para construção e análise dos dados.

Sobre o método Cartográfico, considera-se que é a inseparabilidade entre o processo de pesquisa e a intervenção (ESCÓSSIA; PASSOS; KASTRUP, 2009). A pesquisa seguindo o Método Cartográfico propõe descobertas e não afirmações de Hipóteses (MAIA, 2019).

A Cartografia é um método baseado em Deleuze e Guattari, a qual rompe com a lógica tradicional de pesquisa na academia, pois trata-se de assumir um posicionamento epistemológico e político, com base na desconstrução de uma hierarquia, de um lugar de poder e de dominação do pesquisador (MAIA, 2019).

O objetivo principal da Entrevista com cartografia é de pesquisar a experiência, entendida como o plano no qual os processos a serem investigados efetivamente se realizam, e permite não só acompanhar processos como também, por meio de seu caráter performativo, neles intervir, provocando mudanças, pois a entrevista permite acesso imediato à experiência em toda sua extensão (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

Cartografar exige um vigor, o qual requer o pesquisador se permita experimentar um caminho que não é dado *a priori*, nem tão pouco *a posteriori*, não se trata de um método pronto a ser aplicado e sim de uma direção conduzida pelo próprio processo de pesquisa, construída e desconstruída pelo pesquisador e pelos sujeitos participantes (MAIA, 2019). Um resultado cartográfico na pesquisa, seria então um registro íntegro da experiência do sujeito/objeto da pesquisa onde o pesquisador se debruça no imprevisto e o percebe com extrema sensibilidade (MAIA, 2019).

Para Maia (2019) um cartógrafo precisa se atentar ao que está oculto e trazer visibilidade a isso, nessa pesquisa procurou-se dar voz e vez aos Usuários dos CRAS's e assim desvendar concepções invisibilizadas.

Considerando a Narrativa dos Entrevistados como Política toma-se como nota que a desmontagem de conceitos também é essencial na Pesquisa Cartográfica. O ato de se expressar é uma política da narratividade, trata-se de uma posição que se toma em relação ao mundo e a si mesmo (ESCÓSSIA; PASSOS; KASTRUP, 2009).

O contexto para coleta de dados foram os CRAS's de três cidades da região central do Estado do Tocantins, sendo essas, Miranorte, Miracema do Tocantins e Tocantínia, tendo em vista a proximidade territorial que há entre estes municípios.

4.1 Participantes

Participaram da pesquisa 12 pessoas ao todo, sendo 4 do CRAS em Miranorte, 4 em Tocantínia e 4 em Miracema do Tocantins. Como critério de inclusão, escolheu-se pessoas que faziam parte do PAIF, mas houve entrevistados que fazem uso de outros serviços prestados pelas unidades de atendimento, como por exemplo, beneficiários do Programa Bolsa Família que não participavam ainda de nenhuma atividade na Instituição.

A delimitação de quantidade de entrevistas está de acordo com o critério de saturação indicado por Bauer e Aarts (2008), no qual as entrevistas vão sendo realizadas, produzindo um volume de impressões a partir da concepção por parte dos entrevistados, assim a inclusão de novos participantes foi finalizada quando não acresceu mais tantas informações inéditas ou relevantes para o foco da pesquisa.

4.2 Instrumentos

Foram realizadas entrevistas fundamentadas no método Cartográfico por meio do uso de perguntas disparadoras (Apêndice II), a fim de se obter uma compreensão mais próxima e fiel da realidade dos sujeitos e do todo acerca da concepção deles sobre a atuação do profissional de Psicologia e sobre suas experiências com este. As perguntas foram pensadas e repensadas várias vezes até que se escolheu aquelas que de mais fácil compreensão para os Entrevistados. Perguntas nas quais permitiu o acesso a suas vivências com o Profissional de Psicologia.

4.3 Procedimentos

Inicialmente, após contato por telefone foi apresentada a Carta de Apresentação do Projeto de Pesquisa à cada Secretaria de Assistência Social dos referidos municípios, e com a anuência destas foi feito agendamento das visitas para conhecimento das Unidades e realização das entrevistas. Procurou-se usuários dos serviços prestados pelos referidos CRAS's para que participassem da pesquisa voluntariamente, sendo informados da

possibilidade de desistência a qualquer tempo, os quais concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I).

Enquanto aguardavam o início de atividades nos Centro de Convivências ou quando esperavam em filas por atendimento da equipe do CRAS, foi explicado aos Usuários do que tratava a pesquisa e o que seria feito minutos antes das entrevistas, as quais foram realizadas individualmente nas salas de atendimento psicossocial das Unidades de atendimentos dos CRAS's. A duração de cada entrevista variou de 15 a 40 minutos e foram gravadas com prévia autorização dos participantes, como também transcritas na íntegra posteriormente.

Procurou-se em todo tempo realizar as entrevistas com uma postura horizontalizada diante dos participantes da pesquisa, isso de modo que as perguntas eram feitas com linguagem acessível aos usuários sem que os assuntos ficassem enrijecidos, pois não se tratou de uma coleta extrativista de dados, e sim de uma construção coletiva de informações e sentidos, ao mesmo tempo que ocorria uma intervenção no processo de elaboração das realidades ali descritas pelas falas de cada um (a).

As entrevistas buscaram saber qual a concepção que os Usuários tinham sobre a atuação do profissional em psicologia a partir de suas próprias vivências, como também acerca das expectativas que tinham sobre os serviços prestados dentro do CRAS's. Na medida em que falavam, surgiam dúvidas, afetos e curiosidades, assim as entrevistas foram conduzidas também com acolhimento e esclarecimentos, quando necessário, principalmente quando trouxeram visões distorcidas sobre o que seria atribuições do Profissional de Psicologia no CRAS.

A desmontagem e reconstrução de narrativas ocorreu de forma delicada e pontual, sempre que os usuários apresentavam uma visão distorcida sobre quais seriam as atribuições dos Profissionais de Psicologia era feito um esclarecimento com uma linguagem não científica aos usuários sobre qual seria o objetivo dos Profissionais de Psicologia no CRAS. A desmontagem também ocorreu de modo a se repensar a posição como Pesquisadora de campo, a fim de transformar a forma de abordagem, modo de se vestir e de abordagem dos sujeitos.

Com todas as entrevistas transcritas, realizou-se uma Análise Cartográfica de Narrativa das falas dos entrevistados, a partir do método criado por Escóssia, Kastrup e Passos (2009). Dessa forma, além de procurar compreender as 22xperiências dos sujeitos dentro de uma Política Pública criada para eles, foi possível inserir os entrevistados como participantes principais da pesquisa, assim, a preocupação foi proporcionar a criação de um campo onde a subjetividade dos Usuários fosse o foco que conduziria ao registro do que se

pensam, se conhecem e do que se esperam dos Profissionais de Psicologia nos contextos onde circulam. A pesquisa foi submetida para análise ao Comitê de Ética em Pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As falas escolhidas para análise foram retiradas de trechos das entrevistas que trouxessem informações mais recorrentes nos relatos dos usuários e que estivessem trazendo impressões sobre suas experiências com o Profissional de Psicologia, como também as que diz respeito à suas demandas em Políticas Públicas.

Surgiram algumas informações distorcidas nas falas dos entrevistados, o manejo de desmontagem de narrativas proposta por Escóssia; Passos; Kastrup (2009) serviu para nortear um diálogo mais compreensivo e favorecer em intervenções com esclarecimentos necessários.

[...] estamos querendo saber o que os usuários do CRAS acham do trabalho do Psicólogo ou Psicóloga do CRAS, o que vocês sabem sobre o trabalho deles” (Entrevistadora). *É, o Psicólogo é um trem bom, é bom porque quando a gente tá com a mente meia “tantan” o Psicólogo vai descobrir como é que faz ali pra poder reagir. Usuário que você fala é de pinga, alguma coisa?* (Participante 4). “Não. Digo usuário no sentido de que o senhor faz uso dos dispositivos, dos serviços que o CRAS disponibiliza” (Entrevistadora). *Ah, é porque tem usuário de todo tipo (risos)* (Participante 4). *Se às vezes eu precisar (de Psicoterapia), aqui é melhor se tiver né.* “Se a senhora acha que precisa de um atendimento individual, como por exemplo, psicoterapia, no CRAS não vai ter, mas a senhora pode falar sobre isso com a psicóloga daqui, para que te ouça melhor e veja a possibilidade de encaminhá-la para outro local no município que preste esse tipo de serviço, ok?” (Entrevistadora).

Percebeu-se durante as entrevistas que a maioria dos participantes afirmavam morar nas proximidades da Unidade do CRAS que frequentavam, o que confirma a proposta de que os CRAS’s devem estar localizados estrategicamente em áreas onde há famílias em situação de pobreza de acordo com o que diz Cruz e Guareschi (2013), Cruz, Scarparo, Guareschi (2007). No entanto, alguns entrevistados relataram que não participam de atividades realizadas pelo CRAS por morarem longe. Segundo Miron e Guareschi (2017), o Estado tem obrigações específicas às pessoas em vulnerabilidade social, no entanto as falas denunciam negligências quanto à proteção Social e acesso aos serviços.

“Você tem interesse em participar das atividades realizadas aqui?” (Entrevistadora). *Eu tenho interesse, se prepararem um carro para me trazerem eu venho, porque eu moro longe, na aldeia do Recanto, eu vim vê porquê eu recebia quatrocentos e pouco de Bolsa Família e agora só tá caindo setenta reais* (Participante 9).

“Por que a Senhora não participa das atividades no CRAS?” (Entrevistadora). *Aqui é longe, toda vez tenho que pagar um mototáxi pra chegar aqui, e para as pessoas que moram na cidade baixa fica longe, vim aqui só atualizar meu cadastro da carteirinha do idoso* (Participante 11).

Quando questionados sobre o que esperavam por parte de um profissional de Psicologia, descobriu-se que os Usuários possuem bastante interesse em falar deles mesmos (sujeitos) e de suas vivências, origens, histórias, dia a dia, frustrações e desejos, e que esperam que o CRAS seja um lugar que eles possam fazer conhecidas suas subjetividades. Com isso, compreende-se a importância da Psicologia Social para contribuir nos atendimentos dos sujeitos de forma contextualizada, assim como diz Bock (2009), Gonçalves (2010), Macêdo et. al. (2015), Macêdo; Pessoa; Alberto (2015), Paiva e Yamamoto (2010).

As falas dos Participantes apontam para a necessidade de maior participação deles na construção da PNAS, algo previsto por lei (BRASIL, 2005), e para o desafio da Psicologia em construir ações que tomem em consideração as características do território de origem do usuário conforme previsto pelo CREPOP (2007) e Brasil (2005), pois trazem questões singulares que segundo eles ainda não estão contempladas pela Assistência Social.

Porque precisa muito, igual as pessoas idosas precisam sabem, vivem só, e eu, eu moro só. Eu preciso muito de uma pessoa pra conversar. Eu moro sozinha, eu sou viúva. Então seria bom se tivesse ela (Psicóloga) pra nós conversar (Participante 3).

“O senhor já teve alguma experiência com um Psicólogo ou Psicóloga?” (Entrevistadora). *Não, nunca tive. Teve uns tempos atrás aí que eu acho que precisei, que eu tava passando uns desgostos (Envolvimento com drogas) com um filho meu. Nesse tempo eu acho que eu precisava dum negócio (Psicólogo) desse aí (risos)*, (Participante 4).

Digamos, se ela (Psicóloga) faz uma roda de conversa e de acordo com o seu usuário pelo o que ele expõe, porque ele tem que ser bem pensativo, né. Tem que ser igual um jornalista, né. Aí ele vai vendo as conversas e ali ele vai observar que aquela pessoa tá precisando de um auxílio (Participante 7). “Ah, então a senhora acha assim que a roda de conversa iria também promover com que outras pessoas fizessem isso que a senhora fez, conversar?” (Entrevistadora). *Conversar, né, “Eu tô passando por isso e quero ajuda”. Poder falar sobre as vontades de sexo que nós temos* (Participante 7).

Outro fato cartografado é que a maior parte dos usuários fizeram um recorte de Gênero referindo-se aos Profissionais de Psicologia como sendo Psicólogas, dado corroborado por pesquisas do CFC (2013) e de Yamamoto; Oliveira; Costa (2013), as quais afirmam que a Psicologia é uma profissão majoritariamente feminina.

Nas falas dos Usuários houve também algumas concepções sobre o que eles jugavam ser atribuições do Profissional de Psicologia no CRAS, assim, percebeu-se uma visão estigmatizada da Psicologia, isso pode ser justificado pela posição disciplinadora ocupada pela Psicologia historicamente, dados que corroboram com a pesquisa de Bock; Gonçalves; Furtado (2002) e de Bock (2009), como também pela preocupação adaptativa e corretiva da Psicologia conforme cita Bock; Gonçalves; Furtado (2002) e Gonçalves (2010).

A gente vai consultando e cumprindo o que manda e a gente vai melhorando, o comportamento também (Participante 2).

[...] É porque não tem gente que fica assim meio retardado? Assim, tipo, tem um vizinho meu ali que tá indo duas vezes em Palmas, porque ele tava meio doido batendo na mulher, para passar no psicólogo e no psiquiatra, porque eles não acompanham esse tipo de coisa, né? (Participante 4). “Também, também. Psicólogo também acompanha esse tipo de caso. Mas o Senhor conhece outras coisas que um psicólogo faz?” (Entrevistadora) Não! (Participante 4).

Eu tenho uns Problemas na cabeça, eu fiquei assim depois de apanhar do meu marido, aí a Psicóloga pode fazer uma consulta pra arrumar isso (Participante 12). “E a senhora já conseguiu acompanhamento psicológico devido a essa violência que você sofreu?” (Entrevistadora). Não. Eu fui lá no Postinho marcar consulta e eles nunca me agendaram, até hoje não me ligaram (Participante 12).

Os Usuários descrevem algumas práticas realizadas pelos Profissionais de Psicologia no CRAS, tais como palestras, aconselhamentos e orientações coletivas, práticas estas que mostram como os Profissionais de Psicologia tem reagido às novas demandas citadas por Paiva e Yamamoto (2010) e Macêdo, Pessoa, Alberto (2015), como também, expressam a existência desafios para a Psicologia Social apresentados por Sarriera, Freitas, Scarparo (2003), Cruz, Scarparo, Guareschi (2007).

Porque de uma parte elas aconselham os adolescentes, principalmente as crianças. E fazem muito mais também, acho que dá os conselhos para as crianças e pra nós que somos adultos, né. É isso o que eu acho. Eu acho muito importante o trabalho delas, e acho muito bom também os trabalhos delas (Participante 6). É difícil achar um tempinho pra vim, sabe, mas eu acho bom as palestras que elas fazem (Participante 2).

Ela faz muitas coisas para explicar para as pessoas que não conhecem as coisas[...] explicar sobre as coisas que estão acontecendo. As coisas que estão acontecendo em nosso país, em primeiro lugar tem a droga, e isso tem que acabar, e como isso tem que acabar? É dando orientação para as pessoas (Participante1).

Ao serem perguntados sobre o que achavam que precisa melhorar nos serviços prestados por Psicólogos e Psicólogas, grande parte dos Entrevistados afirmou que os Profissionais de Psicologia no CRAS devem dá mais orientações, logo, percebeu-se por meio da fala deles que se sentem desamparados mesmo estando inseridos em uma Política Pública. Isso confirma os dados tragos por Bock (2009) e Maia (2019) que apontam para as consequências de uma Psicologia construída em cima de uma subjetividade branca de ricos, o que impede que dê conta dos outros modos de ser.

Explicar sobre as coisas que estão acontecendo. As coisas que estão acontecendo em nosso país, em primeiro lugar tem a droga, e isso tem que acabar, e como isso tem que acabar? É dando orientação para as pessoas [...] ela faz muitas coisas para explicar para as pessoas que não conhecem as coisas (Participante 1).

Muito bom, é porque a gente fica por dentro das coisas que a gente precisa saber, daí a a gente vai acompanha o que precisa saber, achei ela (Psicóloga) muito boa. Paciente[...] assim, sobre direito, os direitos que a gente tem e foi muito bom, eles falam, fala e depois a gente esquece (Participante 2).

Assim, como te falei né, pra ouvir, pra acompanhar, pra ajudar nas coisas que nós não sabe, e quando a gente tá só (Participante 3). Pra mim ela é pra orientar as pessoas, para abrir as mentes das pessoas saber porquê que sofre, qual motivo [...] se a pessoa não tá sabendo das coisas e decidir, procura a Psicóloga (Participante 11).

Eu apanhava do marido fiquei com problema na cabeça e me separei não tenho condições e agora cato latinhas[...] aí a psicóloga tá aí pra ajudar, né, pra conversar dá conselhos (Participante12).

Para justificarem seu lugar de desconhecimento e desamparo trazem fatores históricos, raciais e culturais, em suas falas, como por exemplo, não sabe porque não tem estudos, não sabe porque é idoso ou idosa, não sabe porque é indígena, o que remete a noção de sujeitos marginalizados historicamente conforme descreve Bock (2009) e Maia (2019), e de sujeitos desfiliaados ou colocados em zona de assistência, conforme Castel (1997). Retoma-se que o sujeito precisa ser compreendido de modo contextualizado, assim como propõe estudos da Psicologia Sócio-Histórica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de se realizar uma pesquisa por meio do método Cartográfico permitiu conhecer a realidade dos Sujeitos de modo mais amplo, os quais foram compreendidos como pessoas biopsicossociais. Toda a narrativa foi apreendida levando em consideração a história, a cultura e as vivências dos Entrevistados. A partir dos resultados da pesquisa, percebeu-se que apesar do avanço da Psicologia em contextos sociais, os Profissionais dessa área sofrem dificuldades para atender as demandas dos sujeitos inseridos em políticas públicas, sujeitos estes, que estão imersos em realidades plurais que precisam de fato serem acessadas e conhecidas.

Esta Pesquisa trouxe informações que denunciam várias violações de direitos dos entrevistados e de suas famílias, como também sobre como é desafiador para o Profissional de Psicologia atuar no campo das Políticas Públicas, pois estas são frágeis e insuficientes para prestação de um serviço integral de proteção social.

Tendo em vista que os Usuários experimentam sentimentos de abandono e desamparo por inúmeros fatores, o Estado precisa priorizar em mais ações e políticas que amenizem as desigualdades sociais, nesse sentido, os Profissionais de Psicologia podem ajudar na prevenção de riscos e promoção de saúde para com as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Espera-se que a Psicologia como Ciência e Profissão se solidifique ainda mais no campo das políticas públicas, como sendo uma aliada no combate à Exclusão Social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, pp. 25-46. 2009.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. **A construção de um corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. In: BAUER, Martin, W.; GASKELL, George. (Org.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 39-6.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (orgs). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOCK, Ana Mercês Bahia (org). **Psicologia e o compromisso Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004**. Norma operacional básica – NOB/ SUAS. Brasília, DF: Autor. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência Social**. Brasília, DF: Autor. 2009.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>>.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/ SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2007.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; SCARPARO, Maria de Lourdes Duque-Estrada; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. La trayectoria de la Asistencia Social en Brasil: atención a la familia

y el lugar de la Psicología. *Diversitás: Perspectivas em Psicologia* (Bogotá), v. 3, n.2, p. 263-273, 2007.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia.** In: CRUZ L. R.; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 13-38). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia.** In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.* 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 13-40.

ESCÓSSIA L., KASTRUP, V.; PASSOS, E. *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa/intervenção e produção de subjetividade.* Porto alegre: Sulina, 2009.
Ferreira Neto, J. L. *A formação do Psicólogo: clínica, social e mercado.* São Paulo: Escuta. 2004.

FLOR, Tatyane Couto; GOTO, Tommy Akira. Atuação do psicólogo no CRAS: uma análise fenomenológico-empírica. **Rev. abordagem gestalt.** Goiânia, v. 21, n. 1, p. 22-34, jun. 2015 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 fev. 2020

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 77-130. 2010.

GONZÁLEZ-REY, F. *Psicologia e Saúde: Desafios Atuais.* **Psicologia, Reflexão e Crítica,** Porto Alegre, v. 10, nº 2, pp. 275-288, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Uma profissão de muitas e diferentes mulheres.* 2013.

MACÊDO, Orlando Júnior; PESSOA, Manuella Castelo Branco; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão,** 2015, 35(3), 916-931.

MACÊDO, Orlando Júnior Viana et al. *Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social.* **Psicol. cienc. prof., Brasília,** v. 35, n. 3, p. 809-823, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

98932015000300809&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Feb. 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001632013>.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena. **Nascer e crescer negro no país do branqueamento: os efeitos do racismo na subjetividade infantil**. Rio de Janeiro, 2019.140p. Tese de Doutorado-Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MINAYO ,Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco. 1992.

MIRON, Alessandra Xavier; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2017 Abril v. 37 n°2, 349-362. Disponível em :
 <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014>>.

PAIVA, Ilana Lemos de ; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". **Estud. psicol.** (Natal) [online]. vol.15, n.2 pp. 153-160 2010. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2010000200004&lng=pt&nrm=iso>.

SARRIERA, Jorge Castellá; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; SCARPARO, Helena. **Para onde caminha a Psicologia Social Comunitária no Brasil? Um balanço a partir dos frutos da sua trajetória**. In: YAMAMOTO, Oswaldo H.; GOUVEIA, Valdiney Velôso. (Orgs.). *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p.167-18.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall'Igna. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 57-78, jun. 2014 . Disponível em
 <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178700X2014000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jan. 2020.

SILVA, Janaína Vilares; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, suas/cras e psicologia social comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, vol. 23, 2011, pp. 12-21. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326564003>> .

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25 – n. 2, p. 299-322, Maio/Ago. 2013.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psic.: Teor. e Pesq.** vol.26 . Brasília 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>>.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. D.; COSTA, A. L. F. As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho. In: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 129-148.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
APENDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **A atuação dos Profissionais de Psicologia a partir da perspectiva de Usuários do CRAS**. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora Raimara Pereira Lourenço Duarte do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Miracema, sob orientação do(a) Prof.(a) Ana Cristina Serafim da Silva. Nesta pesquisa, pretendemos caracterizar a prática do profissional de psicologia a partir da percepção dos usuários dos CRAS's de cidades da região central do Tocantins; verificar quais concepções e experiências dos usuários do CRAS acerca dos serviços de psicologia nas unidades de atendimento; enfatizar expectativas dos usuários do CRAS acerca do trabalho do profissional de psicologia; discorrer sobre as atribuições do profissional em psicologia no SGD em contextos de Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. O motivo que nos leva a estudar isso é o fato de que se precisa atentar à forma como as práticas dos profissionais deste campo tem contemplado as expectativas e necessidades dos usuários, como também se essas coadunam com as prescrições na Política Pública para atuação no CRAS. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Entrevista individual. A sua participação consistirá em registro sonoro por meio da gravação de sua entrevista. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos psíquicos aos entrevistados, exigindo que as pesquisadoras tenham bastante responsabilidade e comprometimento. A pesquisa contribuirá para que o (a) Sr. (a) compartilhe suas experiências, ao mesmo tempo que poderá conversar sobre Políticas Públicas na Assistência Social e os benefícios destas para os mesmos, como também será uma maneira de construir um raciocínio autônomo sobre suas vivências com o Profissional de Psicologia.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Campus Universitário de Miracema do Tocantins e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala 51 do Curso de Psicologia da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **A atuação dos Profissionais de Psicologia a partir da perspectiva de Usuários do CRAS**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () Concordo que o meu registro sonoro seja utilizado somente para esta pesquisa.
- () Concordo que o meu registro sonoro possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável: Ana Cristina Serafim da Silva

Endereço: 406 Norte, Alameda 10, Lote 01

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77006-492

Cidade: Miracema do Tocantins

Telefone Fixo: (63) 3366-8603

Telefone Celular: (63)

E-mail: anacris_serafim@uft.edu.br

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

APENDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA CARTOGRÁFICA

PESQUISA: A atuação dos Profissionais de Psicologia a partir da perspectiva de Usuários do CRAS.

1. Qual seu nome e idade?
2. De quais atividades participa no CRAS?
3. O que você acha que é o trabalho do psicólogo dentro do CRAS?
4. Já teve alguma experiência com uma psicóloga ou Psicólogo? como ela aconteceu?
5. O que achou da experiência? Ainda espera algo mais? Se sim, o quê?
6. O que melhorou?
7. Como você acha que deveria ser? Você não acha que outros assuntos deveriam ser trabalhados?
8. Em grupos ou individual?